

# Granja Marathon: A Luta Pela Terra e Reorganização do Trabalho em um Assentamento Rural no Nordeste do Pará<sup>1</sup>

■ Romier da Paixão Sousa

## Resumo

O tema da Reforma Agrária sempre esteve presente de uma forma mais ou menos intensa nas discussões acadêmicas desde os anos 20. A partir da abertura democrática, ocorrida em 1985, intensificou-se a luta pela terra no Brasil, através das ocupações, como forma de pressão ao estado, visando a desapropriação das referidas áreas. Este trabalho é resultado do estudo da organização do trabalho da terra realizada por agricultores familiares em um assentamento rural no Município de São Francisco do Pará no Nordeste Paraense, entendendo esta organização como um processo de associação de mão-de-obra e/ou capital na organização da produção, para a realização das atividades agropecuárias de determinados grupos locais. A complexidade das formas

## Abstract

The Agrarian Reform theme has always been present in a way or the other in some intense discussions on the academic level, since the 20's. With the democratic opening of 1985, the fight over the possession of land became tough and through occupation the pressure was on the state to desapropriate the mentioned areas. This work looks into the organization on land work by familiar farmers on one of the rural settlements in "São Francisco do Pará" municipality, northeast of Pará. Their organization works with a process that associates man-power and/or capital when organizing production, for some local groups on their agronomy activities. The organization complex ways are based on diversified production systems and

de organização remete a sistemas de produção diversificados e pautados nas relações sociais, econômicas e simbólicas que se constroem nos grupos locais. Estas relações podem determinar a forma de reprodução dos diversos grupos familiares envolvidos nestas localidades.

guided by social, economic and symbolic relationships that are built on local groups. These relationships might establish the way of reproduction of the different familiar groups involved on these locations.

## | INTRODUÇÃO |

A organização do trabalho em assentamentos rurais no Brasil obedece a lógicas específicas que se adaptam às condições históricas e ambientais de onde se localizam. Entende-se, para efeito desta reflexão, que a organização do trabalho é um processo de associação de mão-de-obra e/ou capital na organização da produção para a realização das atividades agropecuárias dos grupos domésticos ou coletivos. Não é concebida sem a percepção das relações sociais existentes entre estes grupos, que antecedem esta organização ou são partes fundamentais desta. Compreender a organização do trabalho imbricada num contexto de agricultura com caráter familiar em uma área de assentamento rural, levando-se em consideração suas relações sociais e econômicas, e como estas estão interligadas ao ambiente, é o principal objetivo deste trabalho.

O assentamento utilizado como base empírica para este estudo, situa-se no Município de São Francisco do Pará (Figura 01), pertencente a Mesorregião do Nordeste Paraense<sup>1</sup> e à Microrregião Bragantina. Originou-se de um complexo agro-industrial de 3 (três) fazendas distintas que formavam a PARACREVEA BORRACHA VEGETAL S/A de acordo com a TABELA 01.

**Tabela 01** Propriedades que deram origem ao Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, São Francisco do Pará.

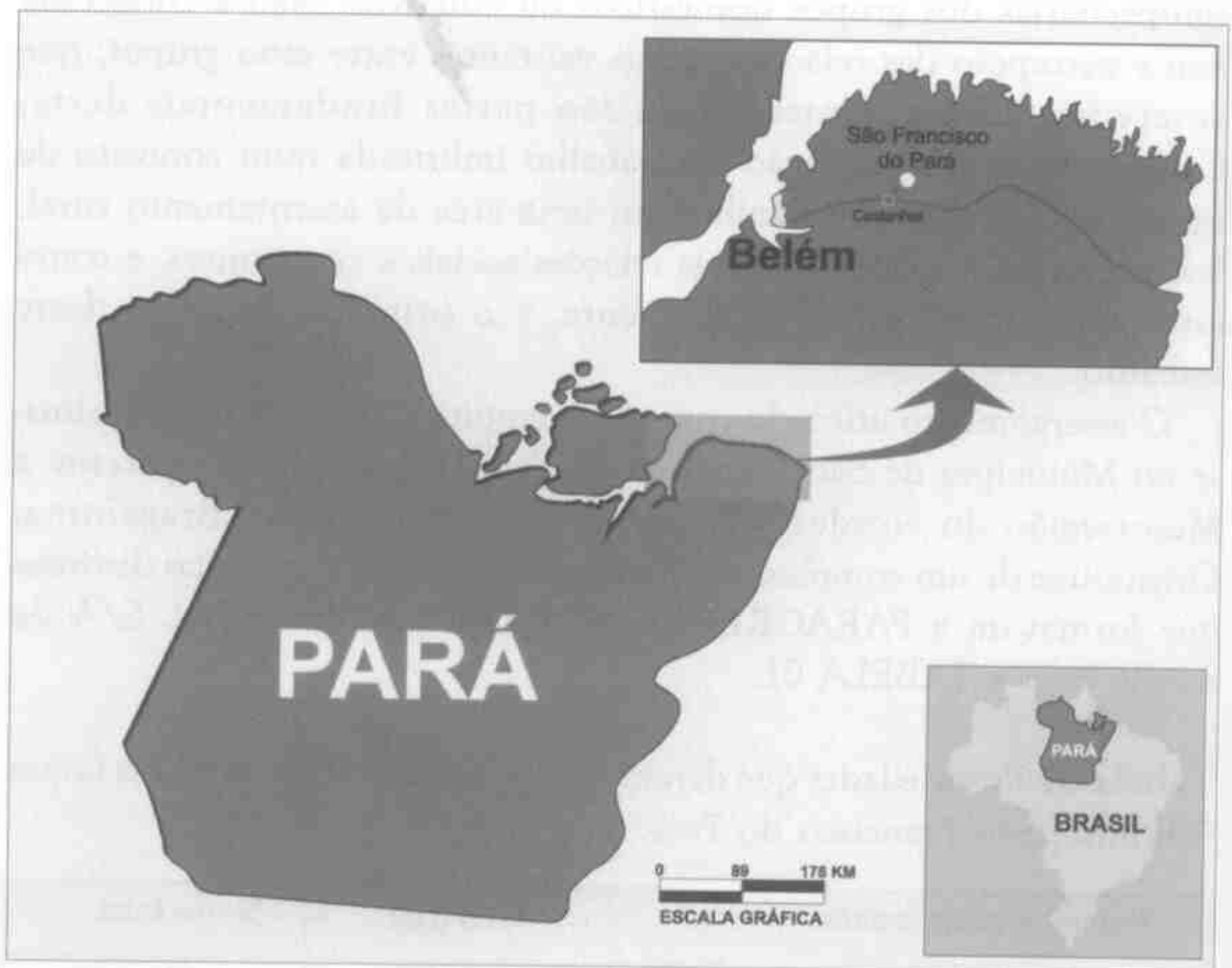
Nome da propriedade	Área (ha)	% do total
Fazenda Marathon	2818,50	64
Fazenda S <sub>o</sub> Francisco	823,68	18
Fazendas Santana	821,60	18
<b>Total</b>	<b>4463,78</b>	<b>100</b>

FONTE: Adaptado de Pinheiro et al (1997).

1 A mesorregião do Nordeste Paraense É composta por 5 micro-regiões (Bragantina, Camet., Guam., Salgado e Tomé-a-Açu) abrangendo 45 municípios (IBGE, 2000).

O Assentamento Luiz Lopes Sobrinho<sup>2</sup>, está localizado à 30 Km do Município de Castanhal na Rodovia PA-242 Castanhal/Igarapé Açu, distando cerca de 100 Km da capital do estado. O acesso até o mesmo dá-se por via terrestre, sendo trafegável o ano todo. Possui uma capacidade para assentar 223 famílias em uma área de 4.463,78 ha. Antes da criação do assentamento o local era conhecido como Granja Marathon, termo até hoje utilizado por moradores da região do entorno do assentamento e pelos próprios assentados.

**Figura 1** Localização do Município de São Francisco do Pará



Entre o processo de ocupação e conquista da terra com a desapropriação, passou-se por fases de organização como as manifestações frente aos órgãos do estado, o acampamento e a resistência na área ocupada. A partir da constituição do assentamento, a lógica de produção tem um forte viés ao modelo camponês descrito por Chayanov (1981)

2 Este nome dado ao Assentamento foi decidido em Assembléia Geral no período da ocupação da área. Luiz Lopes Sobrinho (1910 - 1996) foi sindicalista, presidente do STR de São Francisco do Pará entre os anos de 1984 e 87, um dos principais articuladores no estado pela gratuidade da passagem intermunicipal para idosos, presidente da Associação dos Idosos do município, grande liderança local. Faleceu aos 87 anos, de morte natural, duas semanas depois da ocupação da Empresa PARACREVEA, a qual ajudou a planejar juntamente com

e Lamarche (1994). A posse da terra; a decisão sobre o quê, como e quando produzir; o uso da mão-de-obra familiar; o uso de tecnologias intensivas; a subordinação ao mercado e o duplo sentido de produção (consumo e mercado), caracterizam, ou tendem a caracterizar os assentamentos rurais.

A exigência em eficiência produtiva para competir no mercado é um marco na indução de novos comportamentos dos assentados que fragilizam as unidades de produção agrícola. Resolver esta tensão é um dos principais problemas dos assentamentos rurais. Como se organiza o trabalho nos assentamentos rurais em função das relações sociais constituídas a partir da criação do assentamento? E como se tem mantido o discurso e a prática dos agricultores frente a necessidade de construção de sua estabilidade econômica e social? São aspectos que se buscou investigar no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

O entendimento destas relações em suas várias dimensões (econômica, social, política, cultural e ecológica), é fundamental para o aprofundamento do conhecimento sobre este “microcosmo social”, que trás em seu bojo a reflexão sobre a importância da pequena produção de caráter familiar, demonstrando-a não apenas como “desafogo de tensões sociais” ou “válvula de escape” descrito por Da Silva (1981, p. 118), mas sim, econômica e socialmente, como uma via de desenvolvimento mais equânime e sustentável.

## **Agricultura Familiar e Campesinato na Amazônia**

Na Amazônia, vários estudos foram realizados no intuito de compreender o campesinato enquanto categoria social, como os realizados por Velho (1972), Musumeci (1988), Martins (1986), Hébette (1991), Costa (2000a; 2000b), Leroy (2000), Guerra (2001), entre muitos outros.

Hébette (1991, p.207) descreve um campesinato de luta como “os combatentes da terra”, fazendo um relato dos principais fatos que marcaram a presença deste camponês na região de Marabá, Sudeste do Pará, como figura política através dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, buscando a conquista da terra. Leroy (2000) fala de um “camponês migrante”, para caracterizar estes atores locais que lutaram pela terra nesta região e buscavam afirmação através de organizações sociais próprias como os STRs e a FETRAGRI regional.

Guerra descreve a figura do posseiro, entendido como “aquele que luta coletivamente pela terra, dela tirando o seu sustento” (2001, p. 17).

como “camponês que, consciente de si mesmo, tem que lutar por seu reconhecimento social, legal e político” (2001, p.18). Esta abordagem enfoca o posseiro/camponês como uma categoria coletiva, um grupo que constrói uma identidade e disputa um espaço social coletivamente.

Costa (2000b) descreve um camponês relevante no contexto agropecuário paraense. Utilizando uma dimensão sócio-econômica, demonstra sua importância na produção, na relação com o mercado, na venda do excedente e ocupação na agropecuária. Em seu estudo sobre o campesinato no Município de Capitão Poço, no Nordeste Paraense, Costa (1995) trabalha com a noção de agricultura familiar.

Nestes termos, o estudo de caso realizado para este trabalho se insere num tipo de exploração agrícola familiar, onde a família é a fonte básica de força de trabalho, havendo contratação de mão-de-obra esporádica. Estes agricultores caracterizam-se por uma história de luta coletiva, buscando seu reconhecimento social, sendo em sua maioria ex-operários agrícolas. Relaciona-se com o mercado, mas tem como prioridade a produção para o seu sustento e de sua família. Neves (1997, p.03) ressalta que “nas análises sobre os assentamentos rurais, o agricultor familiar encontra-se em processo de constituição”. Neste sentido, a unidade de estudo recai sobre as relações que, para tanto, os atores sociais envolvidos constroem.

## **A construção dos Vínculos das Relações Locais**

Para Veiga & Albaladejo (2002), as relações de parentesco e a aprendizagem da vida social local que elas permitem, são elementos importantes do “vínculo social” local e para explicar a organização das redes de relações de troca de trabalho e de bens. Neste sentido, estudar a localidade ou a comunidade, como será tratado o espaço social construídos pelos agricultores, é então o estudo do “universo das práticas sociais localizadas”.

Araújo & Schiavoni (2002), num estudo de uma comunidade no Município de Itupiranga, Estado do Pará, procuram desvendar as relações simbólicas existentes entre as famílias a partir da análise das relações de parentesco direto ou indireto, através das redes de migrações que se deram em função principalmente da possibilidade de acesso a terra para trabalhar nesta região. Há uma utilização dos vínculos construídos com estes parentes como estratégias de acumulação individual e familiar, bem como a aquisição de seu próprio

"A existência de relações de parentesco direto não define automaticamente a natureza das outras relações, em particular de trabalho, que estes grupos estabelecem entre si" (VEIGA & ALBALADEJO, 2002). Neste sentido, os vínculos das relações sociais de determinadas comunidades, antecedem a organização do trabalho, no sentido de formação de redes sociais responsáveis pela produção econômica e técnica do grupo familiar. Estes vínculos podem ser percebidos de forma interna e externa no que diz respeito aos grupos familiares locais.


## O Conceito de Organização do Trabalho

A organização do trabalho pode ser percebida numa perspectiva interna, ou seja, dentro do componente família-estabelecimento (HEREDIA & GARCIA JR., s/d; WOORTMANN & WOORTMANN, 1997) ou num contexto mais global, onde estas relações são de interação entre os diversos grupos familiares de uma comunidade local (ZIMMERMANN, 1994; PESSOA, 1999; NEVES, 1981; VEIGA & ALBALADEJO, 2002; CARVALHO, 1998).

Heredia & Garcia Jr. (s/d), em um estudo do campesinato numa área de transição entre a Zona da Mata e o Agreste pernambucano, desvendam os processos de construção dos vínculos sociais locais ocorridos no interior das famílias, no intuito de entenderem a organização da produção como forma de garantia de manutenção e reprodução do grupo familiar:

O processo de reprodução física do grupo é simultaneamente, a de reprodução daqueles papéis. A responsabilidade de prover a sua própria reprodução física está com cada família elementar, que o faz a partir da utilização da sua própria força de trabalho no roçado. É no roçado que a família se realiza enquanto unidade de produção. É na casa que ela se realiza enquanto unidade de consumo (HEREDIA & GARCIA JR, s/d, p. 02).

Esta última afirmativa é percebida também por Woortmann & Woortmann (1997), que além de definir o roçado e a casa como formas simbólicas opostas no sentido da produção e consumo, define uma hierarquização familiar demonstrando a quem pertence cada espaço de construção social, econômico e simbólico, numa perspectiva de gênero:



A direção do processo (de trabalho) é determinada pelo pai de família, detentor do governo do trabalho. É ele quem dá a direção. O fato de ser o homem quem define a direção do deslocamento espacial indica que ele também detém o controle do processo como um todo. A mulher, pelo contrário, é remetida a um movimento inverso, de fora para dentro, trazendo para dentro de casa os produtos da roça transformados em mantimento, para torná-los comida, inserida em sua própria direção, a do consumo. Em oposição ao do homem, o movimento da mulher dá-se de um espaço já domesticado por ele para outro espaço, a casa, núcleo simbólico da família. Se o homem é controlador dos espaços produtivos externos à casa, cabe à mulher o governo da mesma (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997, p. 37).

No entanto, o “fato da família camponesa se colocar como um trabalhador coletivo implica que, freqüentemente, a decisão sobre a realização de algumas tarefas seja feita pelo grupo familiar” (CARVALHO, 1984, p. 239). Heredia *et al* (1984), estudando pequenos produtores ligados à plantação açucareira no Nordeste brasileiro, aponta que as relações de produção dão-se no interior do grupo familiar entre homem, mulher, filhos e filhas, onde a relação entre roçado e casa serve como definidora das áreas de “trabalho” e de “não trabalho” respectivamente, evidenciando uma divisão do trabalho no interior do grupo familiar. O processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, “um processo ritual” (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997 p. 16).

Ao estudar as formas de subordinação de lavradores e pequenos produtores de cana-de-açúcar ao capital, no Estado do Rio de Janeiro, Neves (1981, p.172), conclui que há uma “capacidade adaptativa” dos pequenos produtores à forma de organização da produção com base no trabalho familiar.

Esta “capacidade adaptativa” pode ser demonstrada na formação das “turmas” que se constituem em “formas diversas de organização das unidades de cooperação do trabalho familiar ou de



Neste sentido, Neves utilizando um referencial chayanoviano, destaca que a unidade de produção familiar se apresenta “organizada sob um sistema de relações determinadas pela divisão do trabalho que ocorre no processo de produção, agregando e organizando as relações de trabalho dos próprios membros” (1981, p.140). Desta forma, a organização do trabalho é aqui entendida como um processo de associação de mão-de-obra e/ou capital na organização da produção, para a realização das atividades agropecuárias de determinados grupos sociais. Estas atividades podem estar voltadas para o consumo ou mercado. É concebida com a percepção das relações sociais existentes entre estes grupos, que antecedem esta organização ou são parte fundamental desta.

## **Os Assentamentos Rurais: Um Conceito Dinâmico**

O termo “assentamento” foi introduzido pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico a partir do contexto de reforma agrária na América Latina, sendo criado na Venezuela em 1960 (BERGAMASCO, 1994). “Tem sua origem ligada a política estatal, mas fundamentalmente é fruto de pressões de entidades ligadas a reforma agrária” (SILVA, 2000, p. 09). Para Ferreira (1994, p. 39), houve uma evolução no conceito de assentamento rural em função das novas estratégias necessárias para a inclusão de medidas que fixassem o homem no campo, transformando os “novos proprietários em verdadeiros produtores rurais”.

Vários trabalhos têm privilegiado os estudos sobre assentamentos rurais, que em função de sua variabilidade econômica, política, social e ambiental tornam-se verdadeiros “laboratórios de experiências” vividas pelos agricultores familiares no Brasil (MEDEIROS & LEITE, 1997).

Muitos têm sido os estudos desenvolvidos sobre as dimensões internas e as trajetórias sociais dos assentados, mostrando o assentamento como um campo<sup>3</sup> de disputas, tensões e diferenciação social (ZIMMERMANN, 1994; BERGAMASCO, 1994; D’INCAO & ROY, 1994). Os estudos sobre as mediações e como estas têm se apresentado (FERRANTE, 1994) dentro do processo de constituição dos assentamentos, têm demonstrado as diferentes formas de controle sobre os trabalhadores rurais, muitas vezes tão sutis que se têm dificuldades de observar (MEDEIROS & ESTERCI, 1994; D’INCAO & ROY, 1994).

500 Agricultura Familiar, Pesquisa, Formação e Desenvolvimento  
A literatura também tem insistido em ressaltar como os assentados são provenientes de diversas origens: sem terra, assalariados, trabalhadores com experiência urbana (por vezes longa), o que mostra a necessidade de reconceituar a demanda por terra e a importância de se conhecer as circunstâncias em que ela emerge (MEDEIROS & LEITE, 2001).

Também têm sido objeto de reflexão as trajetórias dos assentados, as redes de relações que se constituíram antes e durante o processo de mobilização, as diferentes formas e efeitos da intervenção estatal e o processo de produção de novas identidades. Os resultados apresentados têm sido cruciais para romper com uma tendência, marcada por um certo romantismo e fortemente influenciada pela imagem que os grupos procuram passar deles mesmos, que é a de um certo comunitarismo no plano interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais (MEDEIROS & LEITE, 2001).

As análises sobre assentamentos, tanto as realizadas por economistas quanto por antropólogos e sociólogos, muitas vezes tendem a demonstrar implicitamente um viés político, visto que procuram afirmar o sucesso ou fracasso da política de assentamentos e, por consequência, as possibilidades de uma política de reforma agrária (LEITE, 1994; MEDEIROS & LEITE, 2001).

Os estudos sobre a organização do trabalho em assentamentos rurais têm-se dado no sentido de avaliar as diferentes formas de produção e cooperação, a comercialização e a relação dos assentados com o mercado e as relações constituídas nestes projetos a partir de suas organizações (CARVALHO, 1998; SILVA, 2001; SOUZA, 1999; ZIMMERMANN, 1994; FRANCO, 1994; BERGAMASCO, 1994; TEOFILIO FILHO, 1994)

Contudo, a contribuição deste trabalho vem no sentido de desvendar a “lógica” da organização do trabalho (WOORTMANN & WOORTMANN, 1997), desenvolvida em um assentamento rural no nordeste paraense.

### **A Luta Pela Terra em São Francisco do Pará: A Organização Sindical na Empresa Paracrevea**

Em 1955, a Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Vegetal LTDA, com sede em São Paulo, investiu recursos na região, comprando a área, estimulada por um decreto do então presidente da República Getúlio Vargas, que obrigava toda multinacional existente no Brasil a investir 20% (vinte por cento) dos recursos destinados ao país na Região

cumprissem com a lei, tinham 20 (vinte) anos de isenção fiscal, o que ocorreu com a Goodyear em São Francisco do Pará, no período de 1955 a 1975.

No início do projeto a empresa chegou a contratar cerca de 1500 (mil e quinhentos) trabalhadores rurais, para a implantação dos seringais. Havia na área seringais nativos que serviram como ponto de partida para a realização de pesquisas para o alcance de seringais produtivos e resistentes.

No período da contratação dos trabalhadores, foram atraídas centenas de pessoas com o intuito de empregar-se na empresa. A contratação era realizada por um gerente de nacionalidade norte-americana. Esta contratação dava-se principalmente através da relação de parentesco existente entre os já empregados na empresa e novos trabalhadores.

Na indústria de beneficiamento do látex havia poucos trabalhadores, tendo em vista que a fábrica era toda automatizada, necessitando apenas de controladores das máquinas. Trabalhavam em torno de 10 (dez) pessoas na fábrica.

Havia uma divisão social entre os trabalhadores de campo (*peões*) e os industriais compostos pelos funcionários da fábrica, almoxarifado e escritório (*do quadro*). Estes últimos ganhavam mais, tinham casas melhores e ocupavam um lugar de destaque na hierarquia da empresa em relação aos trabalhadores de campo.

Em 1975, a Empresa muda de razão social e passa a chamar-se Paracrevea Borracha Vegetal S. A., tendo 99% (noventa e nove por cento) do seu capital pertencente a Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Vegetal LTDA. Com o fim dos incentivos a Empresa elabora um projeto buscando financiamento da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), onde buscava ampliar o seringal de 600.000 (seiscentos mil) para 1.400.000 (um milhão e quatrocentos mil) pés, investir em infra-estruturas fixas e semi-fixas, uma fábrica de látex e a geração de 2000 (dois mil) empregos diretos até o ano de 2000.

O projeto foi aprovado pela SUDAM, concedendo-lhe também novo incentivo fiscal. Das metas estipuladas pelo referido projeto algumas não foram alcançadas, como o plantio de novas áreas, sendo feito apenas a metade do planejado e, conseqüentemente, a geração de empregos.

Com a queda do preço da borracha em 1989 no mercado interno, por conta da liberação das importações do produto vindo da Ásia,

Em 1991 a Empresa reduz seu quadro funcional, iniciando um abandono dos novos plantios e preconizando a morte das seringueiras produtivas com o uso de sangrias inadequadas e o uso indiscriminado de agrotóxicos, que além de dizimar as seringueiras, causou a contaminação dos igarapés que serviam às famílias dos trabalhadores.

Após o término do segundo projeto, em 1993, a empresa começa a ter sérios problemas de produtividade,<sup>4</sup> tornando o projeto inviável economicamente. Com isso, a Goodyear do Brasil Produtos de Borracha Vegetal LTDA cria uma nova empresa no Estado de Mato Grosso, denominada de Araguaiahevea e transfere para lá todas as máquinas, veículos, implementos e equipamentos. Desta forma, visando saldar dívidas junto ao Banco de Crédito Nacional (BCN), a Paracrevea entregou a propriedade ao referido banco, ficando com a fábrica de produção de borracha granulada como arrendatária.

O novo proprietário da empresa realizou demissões em massa, reduzindo o quadro de funcionários de 300 (trezentos) para 30 (trinta), deixando apenas os serviços essenciais (administrativo). A partir desta ação, a empresa passou a incentivar a terceirização dos serviços através da criação de pequenas empresas, deixando de pagar os direitos trabalhistas. Foram criadas três empresas em forma de associação, onde os trabalhadores rurais eram responsáveis pela extração do látex nos seringais, repassando-o para a Paracrevea realizar o beneficiamento.

Ator importante na luta pela terra no Município de São Francisco do Pará, o STR foi o principal mediador do processo de conquista da área da Paracrevea Borracha Vegetal S. A. pelos agricultores familiares.

De acordo com Guerra:

Os STRs agregam agricultores e criadores que baseiam suas produções em culturas alimentares (feijão, arroz, milho, mandioca, fruteiras), em criações de animais de pequeno porte ou de bovinos, em pequena escala. Utilizam fundamentalmente a mão-de-obra familiar, assalariam eventualmente ou trocam serviço, possuem ou cultivam em até três módulos rurais (150 hectares) e se articulam ao mercado através dos excedentes dos seus cultivos. Assalariados e outras categorias afins ao meio rural (oleiros, carvoeiros, tratoristas) costumam se abrigar no mesmo sindicato... (GUERRA, 1999 p.01).

4 De acordo com Pinheiro *et al* "nos últimos anos de administração da GOODYEAR, os seringais

Com características semelhantes, o STR de São Francisco do Pará foi fundado em dez de junho de 1973, e é um dos principais mediadores envolvidos no processo de constituição do Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, articulador e dirigente do processo de ocupação da PARACREVEA, como demonstra o documento enviado ao INCRA/PA pelo então presidente do STRSFP na ocupação da antiga PARACREVEA:

O Sindicato convocou uma Assembléia com os empregados para o dia 19 de março de 1996 e nessa foi definida uma greve do setor produtivo, campo e fábrica.....O Sindicato achando haver a situação ultrapassado suas esferas, uma vez que, o projeto apresenta fortes características de mudanças que irão influenciar a situação econômica, ecológicas e social dos trabalhadores e do próprio município (transformação da área da empresa em pasto para criação de gado) decidiu a ocupação da área até a resolução do problema. (O. S. - Presidente do STR - SFP, 1996).

Desde 1986, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Pará reorganizava-se, fazendo campanhas salariais anuais na Empresa Paracrevea, ganhando com isso, força política no Município. A principal pauta do Sindicato dizia respeito ao cumprimento das metas estipuladas pelos projetos financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, principalmente no que se referia à geração de empregos e ao pagamento dos direitos trabalhistas dos empregados demitidos. O STRSFP era fortemente reprimido, havendo até listas dos nomes de sindicalistas que após suas demissões, eram repassadas para outras fazendas e empresas rurais da região, para evitar a contratação dos referidos trabalhadores (J.C., 33 anos, Sindicalista de São Francisco do Pará, em entrevista ao autor em 25/05/2001).

Em 1995, a Empresa vendeu o patrimônio para o Sr. Odilon Claro de Oliveira Júnior, residente na Cidade de Santana do Parnaíba em São Paulo que, segundo informações de dirigentes sindicais da época, pretendia transformar a área em um projeto pecuário com implantação de criação de gado bovino, como demonstra o discurso de um sindicalista, membro do STRSFP que acompanhou o processo de

...Em 1994, quando foi vendida a empresa pra um grupo de fazendeiros, mas aí foi feito um acordo, um contrato entre a PARACREVEA e o Odilon, que foi o fazendeiro que comprou, que chama-se um contrato de comodato. As terras era do Odilon, todo patrimônio e a PARACREVEA ficou só com seringal, pra explorar o seringal. Isso daí o contrato foi por dois anos. Em 1996 foi que nós descobrimos que a empresa tinha sido vendida e tinha sido feito esse contrato, quando tava terminando e o objetivo era acabar com o seringal e depois transformar num pasto pra criação de gado, isso logicamente ia dá serviço pra o que?, nem pra dez pessoas. Todas as casas que tinha lá, todo aquele patrimônio ia ser tudo vendido, tudo desmanchado e o mato ia cobrir tudo (J.C., 33 anos, em entrevista ao autor em 25/05/2001).

Em 24 de maio de 1996, o STRSFP e a Cooperativa Livre União de São Francisco do Pará -COOLIVRE, criada a partir de uma experiência de um Grupo de Mutirão Agrícola, juntamente com 108 famílias de trabalhadores da Paracrevea, fizeram uma greve de ocupação<sup>5</sup> na Empresa.

Com a ocupação, a COOLIVRE transfere-se para dentro da área, onde os trabalhadores assumem todo o controle da produção, organizando-se para o plantio de culturas de subsistência e extração do látex. A ocupação é iniciada com 108 famílias, mas rapidamente o número de ocupantes sobe para aproximadamente 300. Estes agricultores foram cadastrados pelo STR para ser acampados no intuito de fortalecer a ocupação.

O que se verifica nessa ocupação é uma história de operários agrícolas, ligados à terra da Empresa por um longo período de mais de sete décadas, assim como se encontram estudos de operários urbanos que criam ligações afetivas com suas empresas por terem participado de sua história. Isto parece um caso específico de um operariado rural que, na eminência de uma falência da empresa, se dispõem a uma gestão coletiva ou ao aproveitamento de terra por conta de ligações econômicas, mas também

5 Termo utilizado pelos sindicalistas da região, significando que ao mesmo tempo em que os

afetivas com esta área. Este legado se reforça pela participação na implantação de toda a estrutura ali existente (seringal, instalações físicas, escolas, casas, etc.), o que dá um sentido de pertença muito forte. Este sentimento de pertença pode ser expresso pelo discurso dos mais antigos.

## Organização do trabalho das famílias assentadas

Os assentamentos rurais tendem a conformar grupos sociais complexos e diferenciados. Das 223 famílias ocupantes, 108 já moravam na área da empresa e alguns de seus membros eram operários agrícolas da mesma. As demais famílias foram cadastradas pelo STR de São Francisco do Pará, ao longo do processo de ocupação, como estratégia política para aumentar o poder de negociação junto ao INCRA. São na maioria paraenses vindos de diversos Municípios do Nordeste do Pará (48%) e em menor quantidade, nordestinos de vários estados, principalmente do Ceará (21%). Muitos assentados nasceram na área e também nas proximidades de onde hoje é o assentamento (31%)<sup>6</sup>.

A trajetória social percorrida pelos assentados é um indicador da constituição dos vínculos das relações locais. Antes da existência do assentamento, muitos agricultores mantinham relações de parentesco e/ou compadrio entre si, a partir dos vínculos construídos no período em que trabalhavam na Empresa e/ou quando moravam próximos à mesma. Isto significa, que as relações atuais verificadas nas entrevistas de campo, são decorrentes destes vínculos formados anteriormente ou construídos durante o processo de ocupação até a efetivação do assentamento.

Outro aspecto importante, diz respeito à constituição familiar, onde se percebeu que as companheiras<sup>7</sup> dos agricultores nasceram em localidades próximas as dos seus companheiros. Notou-se que os grupos familiares existentes no assentamento, já possuem uma trajetória de vida em comum, constituindo-se em uma consolidação das unidades de produção e consumo (Chayanov, 1981). No entanto, a dinâmica de saída e retorno dos filhos e filhas dos agricultores, principalmente quando estes ultrapassam as séries escolares oferecidas dentro do

6 Para maiores informações sobre a conformação social dos assentados consultar Sousa (2002).

7 As entrevistas de campo foram feitas com os "chefes de famílias" (agricultores) e o termo

assentamento<sup>8</sup>, faz com que haja uma constante variação nestas unidades de produção e consumo.

Os grupos familiares possuem em média 5 (cinco) pessoas, entre adultos e crianças. Em relação à quantidade de pessoas no Assentamento, fez-se um levantamento a partir de informações da Secretaria Municipal de Saúde, demonstrando-se a existência de cerca de 172 (cento e setenta e duas) famílias residindo na área com aproximadamente 832 (oitocentas e trinta e duas) pessoas entre homens, mulheres, jovens e crianças.

De acordo com o Agente de Saúde Municipal, assentado e responsável em atender às famílias residentes no assentamento, estes dados estão superados, pois dizem respeito ao Censo do ano de 2001. Com a liberação do Crédito Habitação<sup>9</sup> pelo INCRA, muitas famílias que residiam fora do assentamento ao construírem suas casas retornaram para o mesmo, somando-se hoje mais de 1000 (mil) pessoas na área total do Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

As relações entre homens e mulheres no assentamento são marcadas por comportamentos sociais tradicionais no meio rural, onde o homem atua no domínio externo à família e a mulher cuida do domínio interno, ou seja, do ambiente doméstico. Há, no assentamento, mais homens do que mulheres, com um percentual de 55% e 45% respectivamente. Observou-se que várias mulheres ocupam posições de destaque na estrutura de domínio externo local, como sindicalistas, professoras e membros das diretorias das associações e da cooperativa, demonstrando uma possibilidade de mudança das relações de submissão. Quando a mulher passa a assumir papéis no domínio externo, tem dificuldades em contribuir com as atividades agrícolas da família. Contudo, continua assumindo as tarefas domésticas diárias, caracterizando uma dupla jornada de trabalho.

O assentamento possui uma população juvenil bastante expressiva. Este aspecto remete à possibilidade de reprodução social dos grupos familiares locais. Porém, a proximidade com os centros urbanos, possibilitando a construção de uma mentalidade de consumo; a falta de infraestrutura social, como escolas com ensino médio; a possibilidade de lazer; a capacitação na área agrícola e a falta de possibilidades do

8 No assentamento existem três escolas de ensino fundamental em regime multi - seriado, ou seja, uma professora leciona duas séries ao mesmo tempo.

9 Crédito liberado pelo INCRA através da Caixa Econômica Federal, no 2º semestre de 2001, no valor de R\$ 2.500,00 por família assentada, pagáveis em 20 anos, para construção de habitação



jovem se auto sustentar no campo<sup>10</sup> tem contribuído para estes saírem cada vez mais das casas de seus pais com o objetivo de *tentar a vida em outro lugar*.

A percepção dos agricultores no que diz respeito à saída dos filhos para a cidade, está relacionada ao grau de dificuldade e a penosidade do trabalho que os mesmos desenvolvem, bem como as possibilidades de reprodução social e econômica. Quando o agricultor considera sua atividade muito penosa e sem muitas perspectivas, normalmente diz não querer o filho realizando seu trabalho:

Quero que meus filho estude pra não passar toda essa dificuldade que passei. Sempre trabalhei muito pra poder livrar o do comer em casa. Desde os 10 anos trabalho com meu pai e meus irmão na lida da roça e nunca me interessei de estudá. Graças a Deus e Nossa Senhora nunca passemos fome...(Agricultor, 56 anos em entrevista de campo ao autor em 2001).

No discurso do agricultor supracitado, percebe-se uma certa nostalgia a respeito do trabalho desenvolvido com o pai e seus irmãos no passado, mas nota-se uma satisfação na garantia do autoconsumo da família: “nunca passemos fome”. Na mesma fala, há uma negação desta situação de penosidade para seus filhos e uma construção negativa sobre o trabalho na lavoura. Entretanto, quando há necessidade de utilização de mão-de-obra nas atividades agrícolas, ocorre uma prioridade no trabalho na roça, em relação ao estudo, desta feita invertendo-se a valoração do estudo como negativa. O índice de alfabetização dos moradores do assentamento, excluindo as crianças abaixo de seis anos está em torno de 86%. Foram consideradas alfabetizadas as pessoas que sabiam escrever seus nomes.

A proximidade dos centros urbanos, a história de vida dos agricultores, relacionada com idas e vindas de cidades do interior paraense e moradias nas periferias destas, são elementos que contextualizam a necessidade da aprendizagem de escrever e ler minimamente.

Quando se perguntou qual a organização social que os assentados participavam, cerca de 26% (vinte e seis por cento) responderam que não participavam de nenhuma organização, mesmo tendo seus nomes incluídos nas listagens de sócios da cooperativa ou das associações. 15% (quinze por cento), respondeu que participava de grupos religiosos, sendo deste universo, a maioria evangélica, revelando um elemento de identidade social com a religião a que pertencem. Em relação às organizações formais<sup>11</sup>, 50% declararam participar da Cooperativa do assentamento e 9% das associações.

No que diz respeito, às famílias assentadas, uma rede de relações é tecida (SILVA, 2000), onde cada família está inserida num determinado contexto social. Constatou-se a conformação de grupos distintos de agricultores em relação às atividades desenvolvidas no assentamento, mas estas conformações são extremamente dinâmicas, havendo mudanças constantes no cotidiano dos assentados.

Tais mudanças estão relacionadas com o grau de inserção do assentado nas redes de comercialização, trabalho, negociação com agentes externos, parentesco, compadrio e poder local. Pode-se identificar quatro grupos no assentamento: os seringueiros; os agricultores tradicionais; os agricultores comerciantes e os que não tem a agricultura como atividade principal de remuneração.

O grupo dos seringueiros, geralmente ex-assalariados da empresa Paracrevea, possuem um saber próprio sobre a extração do látex e todo processo de produção da borracha. Geralmente são pessoas antigas no assentamento ou filhos destas, que já moravam nas vilas antes de disputar e conquistar a terra. Em função da decadência cada vez mais eminente dos seringais, devido à falta de condições financeiras para realizar os tratos culturais necessários para o controle do mal das folhas<sup>12</sup>, os seringueiros têm procurado diversificar suas atividades, plantando roças e investindo em culturas perenes que substituam os antigos seringais. Eles costumam plantar suas culturas nas áreas do seringal ou próximo deles para poderem dividir o trabalho entre a

11 Entende-se por organizações formais aquelas estruturas criadas pelos agricultores que não tem apenas uma representação política, mas também um reconhecimento jurídico, realizado tanto pelos agricultores como por outros atores envolvidos no processo de luta pela terra - entidades estatais, organizações não governamentais, igreja e entidades de representação profissional

extração do látex e as outras atividades. Muitos já deixaram de trabalhar com a seringueira e quando isto ocorre, vendem o direito de explorar a sua antiga quadra para outro agricultor ou repassam para os filhos, que já dominam o saber sobre a cultura através da transferência feita pelo pai.

O grupo formado por agricultores tradicionais chegou no assentamento durante o processo de ocupação, foi atraído pela perspectiva de conquistar um pedaço de terra. São agricultores com características do campesinato bragantino: meeiros, arrendatários, assalariados rurais, posseiros ou filhos destes. Trabalham geralmente com roças no sistema corte queima, onde plantam o arroz (em menor quantidade), feijão, milho, melancia, maxixe e principalmente a mandioca. Alguns agricultores deste grupo, em substituição à roça, têm procurado investir em culturas perenes como a pimenta-do-reino, caju, cupuaçu, banana, açaí e urucu. Na maioria das vezes esses agricultores cercam sua área com arame ou pedaços de bambus.

Há um grupo de agricultores que tem se especializado na comercialização dos produtos do assentamento e freqüentemente funcionam como atravessadores dos produtos, levando para as feiras ou concentrando em suas casas para vender a outros atravessadores.

Alguns têm agregado valor a tais produtos através do seu beneficiamento, como é o caso da mandioca, comprada em caixa ou rede<sup>13</sup> e após seu beneficiamento vendida como farinha. Geralmente, contratam mão-de-obra temporária ou *dão de meia*<sup>14</sup> para outros agricultores quando o número de pessoas que trabalham na família é insuficiente para atender a necessidade nos períodos em que a produção exige um maior número de trabalhadores.

Um último grupo é formado por pequenos comerciantes de produtos industrializados e gêneros alimentícios, alguns sindicalistas, aposentados, pessoas que trabalham fora do assentamento e um vereador, que mora no assentamento por intermédio de seu filho assentado. É comum possuírem roças e/ou plantios pequenos, não

13 Formas utilizadas para medir a quantidade de mandioca: uma caixa corresponde a 9 de um saco de 60 kg e uma rede  $\Omega$  deste (Trabalho de campo, 2001).

sendo estas suas atividades principais de remuneração. Fazem parte da convivência social do assentamento, participando de reuniões, assembléias, entidades formais (associações e cooperativa), atividades religiosas entre outras.

Do ponto de vista da construção das relações sociais locais, este último grupo possui uma importante influência na comunidade, seja pela relação de venda dos produtos alimentícios a prazo, constituindo uma rede de “dependência”, seja pela relação política local, através da qual o vereador e os sindicalistas possuem influências em campos opostos em relação ao poder público, sendo o primeiro de conciliação e diálogo e o outro de reivindicação e exigência.

### **Os Sistemas de Produção e sua Organização Espacial: O “Centro” como local de trabalho**

Carvalho (1984), relata que o termo *Centro* é uma categoria citada por vários autores, no sentido de oposição à beira dos rios, onde os povoados se formavam nos anteriores processos de colonização. No caso em estudo este termo é colocado pelos agricultores como oposição ao local de morada da família, onde desenvolvem seus sistemas de produção. Como os agricultores moram em vilas, suas atividades agrícolas são desenvolvidas em locais distantes de suas casas, onde procuram chegar normalmente de bicicleta.

O *centro* corresponde ao local de trabalho agrícola da família, onde a mesma executa suas atividades de produção. Neste sentido, é um lugar construído pela família (WOORTMAN & WOORTMAN, 1997).

No caso dos seringueiros, tanto a sua autodenominação como a dos locais de trabalho têm origem na história do lugar. Seu local de trabalho agrícola ou extração de seringa, são chamados por eles de “área”, uma alusão ao período em que trabalhavam na empresa Paracrevea, onde havia uma lógica de divisão do seringal por quadras de 500 x 500 metros chamadas de áreas, representadas pelas letras do alfabeto, como: área G8, H10, F4 e assim por diante. No “centro” ou “área” normalmente é construída uma barraca de madeira, coberta com palha, cavaco ou zinco, retirado das antigas instalações da Empresa Paracrevea, às vezes sem nenhuma parte lateral. Sua utilização é feita

para guardar provisoriamente a produção e serve de abrigo na hora da “merenda”<sup>15</sup>, almoço, chuva e até mesmo para passar a noite.

## Os sistemas de produção no Luiz Lopes Sobrinho

A tendência de diversidade dos sistemas de produção na agricultura familiar remete a necessidade de fazer uma caracterização dos sistemas existentes no assentamento. Foram identificados seis tipos de sistemas de produção mais importantes, praticados pelos assentados conforme demonstra a Tabela 2.

**Tabela 2** Tipologia dos sistemas de produção encontrados no Assentamento Luiz Lopes Sobrinho.

Sistema de produção	%
Roça + Seringal	30
Roça + Seringal + Culturas perenes	23
Roça + Culturas perenes	15
Roça + Seringal + Extrativismo	13
Roça + Horticultura	12
Roça + Extrativismo	7
<b>Total</b>	<b>100</b>

**FONTE:** Pesquisa de campo realizada pelo autor, 2001.

Os sistemas de produção são pensados globalmente, mas com especificidades em detrimento de cada atividade realizada pelos agricultores. Procurou-se aprofundar o estudo destas especificidades através da compreensão de cada sub-sistema separadamente, numa perspectiva de percepção do todo.

A roça constitui-se no sub-sistema mais praticado no assentamento, com uma importância significativa dentro do sistema família-estabelecimento, tanto para o mercado como para o autoconsumo. É considerada também como elemento caracterizador de identidade por alguns agricultores: “roça, todo mundo planta! Quem não tem meno uma tarefa de roça pra comer, num é agricultor (agricultor, 43 anos, entrevista ao autor, 2001).

Este sub-sistema assume diversas formas, e caracteriza-se por esta diversidade, sendo parte fundamental em todos os sistemas de produção

objetivo, das condições financeiras e da quantidade de mão-de-obra disponível para trabalhá-lo.

No assentamento, assim como no município, a roça é desenvolvida em dois períodos: um no “inverno”, período chuvoso, chamada de *roça de inverno* e outro no “verão”, período de estiagem, chamada de *roça de verão*. Com relação a forma de preparo da área pode ser através do sistema de corte e queima ou de forma mecanizada, sem a utilização da queimada.

A extração de látex é realizada pelos seringueiros ou por seus filhos homens. A participação das mulheres é muito restrita neste sub-sistema, herança da forma de trabalho desenvolvida durante o funcionamento da Empresa Paracrevea, que não contratava mulheres para trabalho de campo.

O trabalho nos seringais acontece de acordo com uma divisão realizada pelos seringueiros seguindo a mesma lógica de ordenação da antiga empresa, através das quadras de 500 por 500 m. Estas áreas exploradas pelos seringueiros não são homogêneas, havendo seringueiros que cortam seringa em até três lugares diferentes, dificultando a produtividade do trabalho devido ao deslocamento. A extração do látex ainda é uma das principais fontes de renda dos assentados, apesar da baixa produtividade. É considerado um *serviço difícil* por necessitar de muitas horas de trabalho para obter uma produtividade satisfatória.

O cultivo de hortaliças é realizado normalmente pelo grupo doméstico, em áreas variáveis não ultrapassando um hectare, dependendo da força de trabalho familiar, sendo cultivadas hortaliças folhosas, além de maxixe, quiabo, pepino, abóbora e feijão de metro, entre outras.

Este tipo de cultivo é realizado consorciado ou após a retirada da roça. As culturas consorciadas são chamadas de *legumes de roça*, como o maxixe, abóbora, quiabo, melancia, pimenta de cheiro, pimentão. São plantadas logo após o plantio da mandioca. No caso do aproveitamento de áreas após o cultivo da roça, geralmente é deixada em um pousio curto de seis meses e depois é executado o trabalho de limpeza semelhante ao realizado para a implantação da roça. Neste caso, são introduzidos *legumes de roça* e depois de sua colheita e da mandioca são feitas *leiras*, para o plantio de coentro, couve, alface, cebolinha.

No sub-sistema de culturas perenes incluiu-se as frutíferas e as culturas industriais que não tem o ciclo agrícola anual. Estas culturas estão sendo implantadas recentemente no assentamento, geralmente em

plantios realizados nos seringais em decadência, havendo uma substituição gradativa de atividade, sendo plantadas principalmente cupuaçu, banana, mamão, pimenta do reino e açaí. Existem algumas áreas no assentamento onde estão plantados açaí e cupuaçu, pertencentes aos associados da COOLIVRE.

Os plantios destas culturas dependem de uma série de fatores que estão relacionadas com as estratégias de reprodução social e econômica de cada grupo familiar. O primeiro fator é a disponibilidade das mudas ou sementes para plantio. Estas normalmente são conseguidas através das relações de parentesco ou compadrios nas viagens que são feitas às feiras e cidades próximas como Castanhal e Igarapé-Açu. Há também uma constante relação de troca, nos vínculos de reciprocidade.

Outro fator é o local do plantio, pois estas culturas, diferentemente das roças que são plantadas durante um ou dois anos no mesmo local e depois podem ser mudadas, servem de demarcação definitiva de uma área que possivelmente será repassada para os filhos dos assentados. Com isto, é necessário que a escolha do local seja conseqüente, havendo a preocupação de *não entrar na área de ninguém* e que o local escolhido possa servir de *área de trabalho* por muito tempo.

Alguns assentados se utilizam dos produtos da floresta e da região dos seringais abandonados, como frutas e caças para o consumo, bem como de mel, semente de puerária<sup>16</sup> entre outros para a venda. É uma atividade muito forte no assentamento, atendendo principalmente o consumo próprio das famílias dos agricultores.

Este sub-sistema cumpre um papel fundamental no sistema família-estabelecimento dos assentados, pois no caso de muitas famílias que ainda estão se capitalizando, ele regula a relação produção - consumo, através do fornecimento de alimentos que encontram-se "disponíveis" na *mata* ou no seringal em regime de regeneração. Os principais produtos que são utilizados são as caças de animais silvestres e a pesca nos vários córregos e pequenos rios espalhados pelo assentamento.

16 Leguminosa, utilizada como cobertura verde nos seringais durante o período da Empresa. Com a falta de tratamentos, a semente é utilizada para a produção de farinha.

## A comercialização da produção

A comercialização dos produtos da agricultura familiar representam um “ponto de estrangulamento na transformação de grande variedade de produtos gerados em retorno econômico para as famílias”(INHETVIN *et al*, 1999, p.01).

Pessoa (1999, p. 155) citando Bergamasco & Noder, ressalta que a fase de consolidação da posse da terra se dá pela obtenção de condições sociais e econômicas mais favoráveis, no intuito da transformação destes ex-sem-terra em produtores agrícolas. Neste contexto, estão em jogo as várias estratégias utilizadas por estes agricultores para se manterem na terra. O que produzir, como produzir e para quem vender, são interrogações constantes para os agricultores familiares, pois mesmo tendo como lógica principal à manutenção da família, ou seja, o autoconsumo, a integração cada vez mais eminente ao mercado, remete o a necessidade de decisão correta no que produzir para comercializar, sob pena de fracasso.

Musumeci (1998, p.201), ao falar da agricultura na fronteira retrata que a relação entre pequena produção e terras livres com a agricultura de subsistência é de certo modo inadequada, pois o agricultor familiar está cada vez mais subordinado ao capital, conseqüentemente integrado ao mercado.

Em relação ao caso em estudo, apesar de haver no assentamento três organizações formais, a comercialização da produção do assentamento se dá geralmente pela própria família, sem uma organização coletiva e dependente de atravessadores e outros agentes mercantis. A Cooperativa e as Associações coordenam apenas a comercialização do látex produzido no assentamento, devido o mesmo não ter como ser vendido em pequena quantidade.

Dos vários produtos comercializados no assentamento os mais importantes são: o látex, a mandioca, o milho, o feijão e hortaliças em geral, demonstrando que a preocupação com o autoconsumo remete a necessidade da produção de culturas anuais ou de subsistência. Entretanto, o pouco tempo relativo dos sistemas de produção também podem explicar a predominância de culturas anuais, havendo ainda um certo período para a consolidação de tais sistemas, que incluem vários tipos de culturas perenes e semi-



## ■ Considerações finais

O caso estudado remete a percepção de um operariado rural de matriz camponesa, que se identifica com a terra onde trabalha, por ter feito parte da construção daquele território durante mais de sete décadas. Este legado trouxe-lhes não apenas a busca por um reconhecimento social e político, através de sua organização coletiva, mas, pela construção efetiva de uma relação de trabalho na terra e o apego sentimental por ela desenvolvido lhes garante direito em ocupar a terra e reivindicá-la para si.

Pessoa (1999) relata ao estudar camponeses ocupantes de terra em Goiás que através da identificação destes agricultores com um projeto político-social e econômico, para si próprios e seus familiares, estes passaram de uma utopia a um projeto concreto de vida no campo.

Um fato observado em vários estudos sobre assentamentos rurais (PESSOA, 1999; ZIMERMANN, 1994; D'INCAO & ROY, 1994) é a diversidade marcada pela história social de cada grupo familiar, suas trajetórias enquanto seres sociais, suas redes de relações construídas, dando-lhes um certo ar de romantismo sobre estes grupos, através da visão de um comunitarismo no plano interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais.

Estas tensões podem ocorrer tanto no plano micro, do cotidiano das famílias assentadas, como no plano da representação destas por grupos sociais organizados.

O sindicalismo rural deste Município fundou-se numa perspectiva de controle (SOUSA, 2002), realizado pelo estado, impondo-lhe uma dinâmica clientelística, que através de relações personalizadas, constituía um importante instrumento de freio na organização política dos trabalhadores rurais daquela região. Contudo, a partir do final da década de 70, acompanhando um movimento nacional de democratização do país, os trabalhadores assumem o sindicato, transformando-o no principal agente de representação político-social da região. Os agricultores do Assentamento Luiz Lopes Sobrinho, são parte fundamental desta mudança no sindicalismo municipal, pois através das constantes campanhas salariais, reivindicações de melhores qualidades de trabalho, greves junto a Paracrevea, construiu-se uma consciência coletiva, culminando na ocupação da Empresa em 1996.

Um aspecto relevante neste processo é a conformação de um agricultor que luta coletivamente, através da ocupação de terras, prédios públicos, debaixo da lona preta, sem perder suas características de trabalhador rural vivida no cotidiano. Este agricultor de matriz camponesa (GUERRA, 2001), divide as tarefas diárias e fundamentalmente o produto deste trabalho com sua família.

Do ponto de vista da organização do trabalho, percebeu-se uma profunda diversidade da forma de realização das atividades agrícolas entre os assentados, comum na agricultura familiar (TEÓFILO FILHO, 1994). Esta diversidade está em função das possibilidades de ordenamentos dos seus sistemas de produção, que variam devido às relações sociais construídas, o acúmulo de capital ou não pelos agricultores e fundamentalmente pelo conhecimento simbólico sobre determinadas atividades desenvolvidas no assentamento. Isto pôde ser observado com os seringueiros, que por dominarem um conhecimento sobre a exploração do látex, conseguem ter uma reprodução social e econômica no contexto estudado.

Com relação ao ordenamento dos sistemas de produção, notou-se que a roça, juntamente com o seringal, são as principais atividades econômicas realizadas pelos agricultores, porém a roça, por atingir um número maior de assentados que a desenvolvem, servindo até de identificação social, cumpre um papel fundamental na reprodução dos grupos familiares daquele assentamento.

A comercialização dos produtos está marcada pelas relações personalizadas entre os assentados e os agentes mercantis, e entre os próprios assentados, formando-se uma rede complexa e dinâmica, proporcionando o surgimento de uma diferenciação social, econômica e simbólica, remodelando e redefinindo, de forma mutável a organização interna do assentamento.

## ■ Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Roberto & SCHIAVONI, Gabriela. A ilusão genealógica: parentesco e localidade na fronteira agrária da Amazônia. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Universidade Federal do Pará/CAP/NEAF. Vol. 1, nº 3, 2002.

BERGAMASCO, Sônia. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

CARVALHO, David Ferreira de. **Formas de acumulação e dominação do capital na agricultura e campesinato na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1984 (Dissertação Mestrado).

CARVALHO, Horácio M. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma Agrária no Brasil**. Curitiba: Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1998.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da & STOLCKE, Verena (Orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, F. de Assis. **Agricultura familiar em transformação na Amazônia: o caso de Capitão Poço e suas implicações para a política e planejamento agrícolas regionais**. Belém: UFPA/NAEA, 1995.

COSTA, F. de Assis. Contexto, impactos e efeitos econômicos do FNO-especial no estado do Pará.. In: TURA, Leticia Rangel & COSTA, Francisco de Assis (Orgs.). **Campesinato e estado na Amazônia:**

COSTA, F. de Assis. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO. In: TURA, Leticia Rangel & COSTA, Francisco de Assis (Orgs). **Campesinato e estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília Jurídica/FASE, 2000a.

D'INCAO, Maria da Conceição; ROY, Gérard. **Nós cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

DA SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERRANTE, Vera L. B. Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. In: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

FERREIRA, Brancolina. Estratégias de intervenção do estado em áreas de assentamento: as políticas de assentamento do governo federal. In: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

FRANCO, Marina P. Seringueiros e cooperativismo: o fetichismo das mercadorias nos seringais do Alto Juruá. In: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

GUERRA. Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

GUERRA. Gutemberg Armando Diniz. **Sindicatos Patronais versus Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado do Pará**. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 16p.

- HEBETTE, Jean. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. IN: HÉBETTE, Jean. (Org). **O cerco está se fechando**. Petrópolis: FASE-VOZES-NAEA/UFGA, 1991.
- HEREDIA, Beatriz Alasia de & GARCIA JR, Afrânio R. **Trabalho familiar e campesinato**. Rio de Janeiro: UFF, s/d. (mimeo).
- HEREDIA, Beatriz M. A de; GARCIA, Marie F.; GARCIA Jr., A. R. O lugar da mulher em unidade doméstica camponesas. In: **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- IBGE. **Censo Agropecuário de 1995-1996**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 04 de outubro de 2000.
- INHETVIN, T.; GUIMARÃES, L.A.; LOBO, G.; GOMES, D. A. **Diagnóstico de mercado e comercialização de produtos da agricultura familiar no Município de Capanema-PA**. Belém: UFPA/CPT, 1999.
- LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar: comparação internacional**. São Paulo: UNICAMP, 1994.
- LEITE, Sérgio. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infra-estrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984 - 1989). In: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.
- LEROY, Jean-Pierre. Da fronteira sem lei nem direitos a uma democracia em construção: o campesinato da região de Marabá nos anos 80 e a criação do CAT. In: HÉBETTE, Jean & NAVEGANTES, Raul (Orgs). **CAT - ano décimo: etnografia de uma utopia**. Belém: UFPA (CAT), 2000.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

MEDEIROS, Leonilde & ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: EDUNESP, 1994.

MEDEIROS, Leonilde S. de & LEITE, Sérgio **Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais**. Rio de Janeiro: CPDA/Debates, dez., 1997.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de & LEITE, Sérgio. **Perspectivas para análise das relações entre assentamentos rurais e região**. Disponível em <http://www.daterra.org.br>. Acesso em 16 de julho de 2001.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Anpocs, 1988.

NEVES, Delma P. **Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

NEVES, Delma P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Angela D. & BRANDEMBURG, Alfio (org). **Outra agricultura**. Curitiba: UFP, 1997 (no prelo).

PESSOA, Jadir de Moraes. **A revanche camponesa**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

PINHEIRO, Eurico; SILVA, Hércules M. e; VIÉGAS, Ismael de J. M.; VALENTE, Moacir A. **Avaliação agrotécnica dos seringais Marathon, São Francisco e Santana, situados no Município de São Francisco do Pará**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 1997. (Relatório Técnico).

SILVA, Flávia Adriane Oliveira da. **Organização da produção e o processo de diferenciação sócio - econômica nos assentamentos "Rio Branco, Palmares e Palmares Sul"- Sudeste do Pará**. Belém: CFCH/UFGA, 2000. (Trabalho de Conclusão de Curso).

SILVA, Tânia Paula da. A experiência do trabalho coletivo e as transformações territoriais no assentamento São Manoel, em Anastácio/MS. Disponível em <http://www.daterra.org.com.br>. Acesso em 18 de agosto de 2001.

SOUSA, Romier da Paixão. **Granja Marathon: a luta pela terra e a organização do trabalho em um assentamento rural no Nordeste Paraense.** Belém: UFPA, 2002. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Maria Antônia de. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST.** Campinas: Unicamp, Faculdade de Educação, 1999. (Tese de doutoramento).

TEOFILO FILHO, F. Edson. A organização da produção: subordinação ou autogestão? In: ROMEIRO, Adhemar; GUANZIROLI, Carlos; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio (Orgs). **Reforma Agrária: produção, emprego e renda, o relatório da FAO em debate.** Rio de Janeiro: Vozes/IBASE/FAO, 1994.

VEIGA, Iran & ALBALADEJO, Christophe. Formação do território a nível local na Amazônia Oriental e a emergência da ação coletiva: análise das trocas simbólicas em duas coletividades locais da região de Marabá. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento.** Universidade Federal do Pará/CAP/NEAF. Vol. 1, nº 3, 2002.

WOORTMANN, E. F. & WOORTMANN, K. **O trabalho da terra.** Brasília: UNB, 1997.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS, Leonilde; BARBOSA, Maria Valéria; FRANCO, Mariana Pantoja; ESTERCI, Neide; LEITE, Sérgio (Orgs.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: EDUNESP, 1994.